

Uma visão da conjuntura política do país e seus possíveis desdobramentos.

Celso Felizola Santos¹

Durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), após a quase conclusão de um processo escandaloso de privatizações, uma grave crise econômica acometeu o Brasil. Tendo vendido as principais (e mais rendosas) Estatais para a iniciativa privada, o PSDB enfrentava as eleições de 2002 em meio a uma crise cambial que implicava na queda na taxa de crescimento, aumento do desemprego e da dívida pública. Naquela conjuntura, a alternativa de administração da crise era o Partido dos Trabalhadores, de tendência mais à esquerda, que apresentava como candidato Luiz Inácio da Silva, o Lula, que já havia concorrido e sido derrotado nos três pleitos anteriores. Superando os temores da grande burguesia nacional, o PT, através de Lula, firma um pacto com o capital, prometendo-se, em tese, com a manutenção das linhas gerais da política econômica brasileira (Carta aos Brasileiros, 2002). Mediante esse compromisso chega ao poder no Brasil, para surpresa de muitos, o migrante nordestino e ex-operário da indústria do ABC paulista, O Lula. No governo, Lula abre o leque dos investimentos, melhora os índices de desenvolvimento do País e consegue, não somente sua reeleição, mas também garantir que o Partido eleja seu sucessor, Dilma Rousseff.

A subida de Dilma ao Planalto coincide com uma crise econômica mundial que abala, inclusive, as maiores economias do mundo. O Brasil, de início e com uma balança favorável, não sofre os efeitos imediatos dessa crise, mas ao terminar o primeiro mandato a Presidenta Dilma já enfrenta problemas com a economia e, conseqüentemente, com a política. O resultado de sua reeleição e o desempenho eleitoral do PT nas várias regiões do País trazem conseqüências nefastas para o Governo: reeleita por uma maioria insignificante de votos enfrenta séria oposição na Câmara de no Senado. Some-se a isso a insatisfação da oposição, que com a quase certeza de ganhar as eleições de 2014, não se conforma com aqueles resultados, iniciando uma cruenta luta para a derrubada do governo central. As vésperas de uma decisão de impeachment, o País aguarda com expectativa o resultado (já anunciado) da votação deste domingo. A maioria do povo, historicamente silenciosa, assiste a tudo (denúncias de corrupção, manifestações de Rua contra e pró, votações na Câmara, histeria nos meios de comunicação), e parece não dar importância aos resultados desse pandemônio. Mas o que está em jogo? Quais os motores dessa crise política? Como se deu essa complexa

¹ Professor, Escritor, Especialista em Educação, Diretor do Centro de Intercâmbio Cultural Martí Popular.

articulação que levou o País a esse impasse? Quais são as perspectivas e possíveis desdobramentos? Isso é o que pretendemos discutir nessas reflexões.

1. Partido dos Trabalhadores: uma alternativa democrática

A partir do início dos anos 70, mais precisamente após o massacre da luta armada na qual foram consumidos muitos (e os melhores) quadros de nossa esquerda, o enorme vazio político veio sendo preenchido pelo crescimento da Teologia da Libertação. A mudança nos rumos da igreja católica, que havia apoiado o golpe através de seu setor mais reacionário, a TFP (Trabalho, Família e Propriedade), setor ultrarreacionário com matizes fascistas, foi fundamental naquele momento: a nova orientação priorizava as denúncias dos crimes cometidos pela ditadura e o trabalho nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), onde catequese se mesclava com crítica política e denúncias. Para dentro destes espaços convergiram setores que a ditadura não permitia que se reorganizassem até 79. (neste período conviveram dentro da igreja, lado a lado, crentes e não crentes). Pode-se dizer ainda que neste espaço, contra o qual a repressão agia (algumas vezes) com violência mais disfarçada, se foram forjando as novas bases para o reinício das lutas contra o regime. A partir dessa mudança se deu a retomada dos movimentos estudantil e sindical. A partir de 1974 se iniciou uma fase de assenso até as greves do ABC paulista, onde despontaram novas lideranças, entre as quais Luiz Ignácio da Silva, o Lula, que viria posteriormente a ser uma das maiores expressões do PT (Partido dos Trabalhadores).

Com os Partidos Comunistas praticamente exterminados durante o período de guerrilhas rural e urbanas, o PT apresentava-se como uma alternativa de militância viável também para aqueles socialistas remanescentes. Assim, a coexistência no interior do Partido de vários agrupamentos políticos diferentes transformavam-no em uma frente sem institucional, cujo crescimento se dava pela inserção de massa, porque se organizava em Núcleos de bairros ou regiões. Nesses Núcleos se formavam novas lideranças, e tinha-se ali a sustentação de massa do Partido.

Mas os setores majoritários tinham um plano que se incompatibilizava com essa estrutura e, para dar consequência a tal plano, era mister desfazer-se daquele conteúdo estigmatizado, para credenciar-se junto aos setores da burguesia nacional – e internacional- enquanto alternativa viável e segura para a administração do capital. Seguindo essa lógica, durante a década de 1980 as correntes mais à esquerda foram sendo espremidas gradativamente, até o conseqüente afastamento ou expulsão. As que ficaram tiveram que “jurar” dissolver-se no interior do Partido. O documento *Carta aos Brasileiros*, de 2002, reflete, já, essa mudança de orientação e o propósito de aplacar os temores do capital em relação à provável vitória de Lula à Presidência da República. Com

efeito, Lula chega ao poder em 2002, e desenvolve uma política econômica muito próxima à de seu antecessor do PSDB.

2. A conjuntura econômica mundial e o sucesso dos governos Lula

Pelo menos cinco fatores contribuíram predominantemente para o sucesso dos Governos Lula: a aliança com o capital nacional e a garantia dada através da Carta aos Brasileiros aos capitais internacionais, ou seja, a garantia da manutenção das regras do jogo, que lhe garantiu a unidade parlamentar necessária para tocar o governo; a pragmaticidade do Lula, que foi capaz de transitar entre os vários setores do cenário político e conciliar interesses antagônicos (capital e trabalho); a ampliação do leque de relações comerciais, visando ao Mercado Comum Europeu e o Asiático, afastando-nos do FMI, sinalizando para a formação do BRICS, rebaixando o status dos Estados Unidos da América do Norte de parceiros privilegiado para apenas parceiro; a descoberta do Pré-Sal, que significou, em momento de crise mundial, o aumento das garantias de investimentos no País; a implementação de políticas sociais há muito reclamadas pelas massas mais exploradas, o que lhe deu um dos maiores índices alcançados por um presidente, no final do segundo governo.

Durante os oito anos do Governo Lula o Brasil passou ao largo da crise econômica mundial, que continuou fazendo suas vítimas na Europa e no mundo. Nesse período, entretanto, os Estados Unidos consolidam, através de duas sucessivas guerras e da presença de Israel, seu domínio sobre a região de maior produção de petróleo do mundo: o Oriente Médio. Após isso – e para buscar o domínio absoluto das fontes de energia não renováveis -, os EUA promovem o cerco econômico ao Governo e ao povo da Venezuela e fomenta o movimento separatista na Ucrânia, ambos importantes centros de produção de petróleo (a Rússia, principalmente, por ser também, juntamente com o Brasil, um dos pilares do novo Banco, alternativo ao FMI, o BRICS). É bem verdade que, no final do governo, o Partido dos Trabalhadores já apresentava um descenso, tendo sua bancada na Câmara de Deputados, passado de 35 em 1990 para 91 em 2002, e chegando a 88 na legislatura de 2010, já com Dilma.

3. Uma onda contra o imperialismo norte-americano acomete a América Latina nas duas últimas décadas

Assim como a Ditadura Militar, ao contrário do que muita gente pensa, não foi uma invenção brasileira, tampouco o foi a ascensão de um partido nominalmente de esquerda ao poder no Brasil. Uma breve incursão nos mostra que, em vários países do continente, face à falência parcial da política neoliberal de direita, o capital recorreu à esquerda

institucional para legitimar essa política – ou simplesmente tomar fôlego). Mas em quase todas as hipóteses, até agora, ele tem as rédeas do processo. E quando falo quase é porque em alguns casos o capital perdeu o controle, como é o da Venezuela e do Equador (pelo menos até o momento). Para isso vamos nos remeter às investidas neoliberais que advieram após o processo de redemocratização nos principais países da região.

A Venezuela foi o primeiro a opor-se às medidas neoliberais de forma contundente. Nesse processo surge Hugo Chávez, que comandando um grupo de militares, impetra um levante em 1994 contra o então presidente Carlos Andrés Pérez. Com o fracasso do golpe, Chávez é preso, mas logo anistiado. Abandonando a carreira militar, concorre às eleições presidenciais de 1998 e torna-se o Presidente da Venezuela, função na qual se manteve democraticamente até sua morte, em março de 2013.

No Brasil, assume o Planalto pela primeira vez em 2002 Luiz Inácio Lula da Silva, que apesar de acompanhar a política neoliberal, inicia um processo de afastamento em relação ao domínio econômico dos Estados Unidos. No entanto, diferente de Chávez, a chegada do PT ao governo do Brasil não representava, uma ameaça às investidas norte-americanas em nosso continente, nem às medidas neoliberais tomadas pelos governos anteriores. Na prática, entretanto, significava a ascensão ao poder de um partido de oposição arraigado no movimento social e de tendência de esquerda, o que influenciaria positivamente no desponte da onda anti-imperialista na América Latina.

No Chile, a etapa neoliberal tem início em 1988, com a queda de Pinochet, sucedendo-se no poder governos que promoveram a aproximação com os Estados Unidos. Anote-se que este país chegou até a pleitear seu ingresso do NAFTA, Tratado do Atlântico Norte, capitaneado pelos Estados Unidos. A sequência de governos pró USA é interrompida em 2006, com a eleição de Verónica Michelle Bachelet Jeria, de matiz socialista. Após seu primeiro mandato, (2006 - 2010), Bachelet é eleita mais um, em 2014.

No Paraguai, a ditadura de Stroessner cai em 1989, iniciando-se então um período de domínio constitucional do Partido Colorado, de matiz neoliberal, interrompido, pelo menos temporariamente, com a eleição de Fernando Lugo, em 2008.

Na Bolívia, após um período de perseguições políticas por suas posições contrárias aos Estados Unidos, Evo Morales chega em 2005, à Presidência da República, função que exerce até o presente momento.

Não ficaram de fora países como o Uruguai, Equador e Argentina, que nesse período elegem, respectivamente, Tabaré Vázquez, Pela Frente Ampla (2005), Vicente Correa Delgado (2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015).

4. O novo golpe a restauração da ordem USA

Após Hugo Chávez assumir a presidência da Venezuela - e um pouco antes da chegada de Lula ao Planalto - os Estados Unidos criaram o Plano Colômbia². Naquela ocasião

realizou-se em Manaus a Conferência Ministerial de Defesa das Américas, oportunidade em que o vice-ministro de Defesa dos Estados Unidos, James Bodner, declarou muito à vontade que "...o Plano Colômbia será executado com ou sem solidariedade internacional". O chamado Plano Colômbia é a intervenção dos Estados Unidos na Colômbia, com o pretexto de combater o narcotráfico no continente, sendo que a declaração do vice-ministro reflete a situação cada vez mais cômoda do imperialismo norte-americano, sobre um dos países mais ricos em reservas naturais da Amazônia.³

Aos poucos, e à medida que se prolongavam suas intervenções no Oriente Médio, os Estados Unidos voltavam suas atenções para nossa região, inserindo seus espões na Venezuela no intuito de destituir o Chávez, primeiro, por meio do golpe frustrado de 2002, depois, inserindo ou aumentando gradativamente sua presença militar em nosso continente. O Plano Colômbia tem esse sentido.

Paralelamente, e em oposição à onda anti-imperialista que vai se disseminando por vários países da América do Sul, uma nova instituição vai sendo criada, para ser acionada em alguns países estratégicos nos momentos propícios: o golpe constitucional.

Esse novo tipo de golpe leva esse qualitativo em contraposição aos golpes anteriores, que eram armados e impetrados e sustentados, basicamente, por militares formados pela Escola das Américas, no Panamá. O golpe se divide em três modalidades legais:

As eleições "democráticas".

As eleições, por si só, não se constituem necessariamente como golpe, mas os mecanismos auxiliares usados, sim. Um caso notório foi o da Nicarágua sandinista. O regime foi duramente castigado por sabotagens, incursões militares e bloqueio por quase uma década. Inclusive com o uso da base militar em Honduras. Após esse largo período de desgastes econômicos, denúncias de corrupção e pressões por abertura, a Frente Sandinista realiza eleições. Então, em 1990, a oposição, com o apoio integral dos Estados Unidos, vence as eleições e acaba com a Revolução Sandinista.

Observemos então o tripé: cerco e desgaste econômico, denúncias de corrupção e pressão por liberdades. Observemos também que de 1980 para cá muita coisa mudou, e

² Leia mais sobre o Plano Colômbia em http://www.martipopular.org/golp_honduras.htm

³ <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=273>.

esses mecanismos ficaram mais sofisticados. As pressões militares são mais subjetivas e a mídia, cujo centro encontra-se nos Estados Unidos, assumiu um poder incrível.

Assim aconteceu na Nicarágua, assim aconteceu na Argentina, e no Chile. Ali, que em meio a uma crise econômica e até hoje propalados escândalos de corrupção, Cristina Kirchner, após dois mandatos, não consegue eleger seu sucessor, Daniel Scioli, que até às vésperas das eleições era o favorito nas pesquisas. A eleição, decidida no segundo turno, deu a vitória ao direitista Mauricio Macri.

O impeachment

Este é outro instrumento legal, previsto em constituições de vários países, mas seu uso nem sempre o é. Vejamos o caso de 2012, no Paraguai: eleito nas eleições de 2008, Fernando Lugo, como já enfatizamos, representava um entrave nas negociações para a implementação de uma base militar norte-americana na região. Sob o pretexto de ajudar no combate ao narcotráfico e ao terrorismo e melhorar a capacidade de defesa do Paraguai, os Estados Unidos objetivam ocupar militarmente a região do chaco, de grande importância geopolítica, e a cerca de 400 km de Itaipu. Dentro das alas de apoio ao golpe alguns parlamentares defendem a ocupação americana porque isso aumentaria as chances do Paraguai se defenderem de um possível ataque estrangeiro. Isso chega a dar pena a quem conhece um pouco da história e o modo como o Tio Sam ajuda os países menos desenvolvidos. A ajuda a Cuba, por exemplo, no final da Guerra da Independência, custou a esse pequeno país mais de meio século de tutela e um pedaço de seu território, Guantânamo, até hoje nas mãos da Águia. A Espanha, derrotada, perdeu Porto Rico, Guam e Filipinas, que por tratado passaram para o controle dos Estados Unidos. Quem gostaria de ajudas desse tipo além dos vendilhões de sua própria pátria?

Assim, ainda sobre o Paraguai, deixamos duas perguntas fáceis de responder: quais as causas do controverso impeachment de Lugo? Por que os Estados foram o primeiro país a reconhecer o novo governo, de origem direitista?

No Peru, como já sinalizamos anteriormente, o Peru foi o mais recente país a dar uma guinada à direita, levando à presidência Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori. Os candidatos mais à esquerda, todos desgastados, não chegaram a alcançar a alcançar os 16% dos votos nas eleições.

Não se pode afirmar até quando Evo Morales, Rafael Correa, Nicolás Maduro ou Michele Bachelet vão suportar as pressões “democráticas”, os cercos políticos e econômicos, a manipulação da crise de popularidade e escândalos. Mas agora o Brasil é a bola da vez.

5. O Brasil da era PT

Não trataremos aqui dos feitos e contrafeitos dos Governos Lula-Dilma - esse discurso, na atual conjuntura, é inócuo. Começemos, analisando a correlação de forças na Câmara Federal, uma vez que no Senado as variações proporcionais são pequenas.

O crescimento da bancada do Partido dos Trabalhadores entre 1994 até 2002, quando Lula assume o Governo pela primeira vez, foi fabuloso, mas já não ostentava esse êxito na eleição de Dilma de 2010. Na chamada Era Lula o número de parlamentares, somados aos da base aliada, possibilitaram que ele, um bom articulador, costurasse na Câmara e no Senado uma maioria capaz de viabilizar seu Governo. Deste modo, quando Lula passa a Faixa para Dilma, em 2010, o Partido ainda ostenta um número de 88 deputados. No entanto, o desgaste do principal aliado foi enorme: O PMDB, que em 1994 ostentava a cifra de 108 deputados, chega a 2010 com apenas 79.

Enquanto o número de deputados da base do governo diminuiu, após chegar ao auge com a segunda eleição de Lula (foge a regra a do PC do B, cuja bancada aumentou gradativamente), os partidos de oposição, tendo como principal o PSDB, aumentam as suas. Nas eleições de 2014, Dilma perdeu a maioria - e o poder de governar. No entanto, seria inocência pensar que isso se deveu somente aos erros e desacertos do governo. Na verdade essa perda expressava também - e principalmente - a ação de grupos e setores que buscavam, a exemplo de outros países, uma guinada à direita (ainda mais porque Dilma se apresentou como muito mais à esquerda que Lula). E assim chegamos ao golpe que ora se mostra iminente.

De início, podemos dizer que o impeachment não é golpe, nem é o próprio. Vamos esclarecer:

Primeiro, o golpe no Brasil é mais um na política da América do Sul. Como podemos depreender das exposições anteriores, não é um golpe contra Dilma Rousseff, pessoa, nem contra o Partido dos Trabalhadores, mas contra os dois, pela política que representam, e contra a autonomia conquistada nesse período pelo nosso país. Também, como afirmei linhas antes, o impeachment não é o golpe, Mas é uma alternativa estabelecida dentro do plano maior deste. É o plano C.

Em agosto de 2013 escrevi algumas linhas sobre as manifestações de rua que aconteceram ao longo do país em junho daquele ano.

No documento, ao contrário de alguns cientistas políticos que afirmava ser aquele movimento o resultado de um salto de consciência das massas do país, eu afirmava o contrário:

tanto ontem como hoje, além dos interesses externos, aqueles há que buscam oportunisticamente obter dividendos políticos ou recuperar espaços perdidos através do endosso das demandas legítimas do movimento.⁴

E concluía ainda no mesmo documento:

Não é possível pensar que aqueles que conseguem tamanha façanha de articular imensas manifestações por todo o território nacional não sejam capazes de articular bandeiras mais contundentes contra essa vocação colonial, denunciando a evidente exaustão de nossas reservas e, mais cedo ou mais tarde, a conseqüente derrocada de nossa economia.

Além disso, via naquele movimento uma forma de desestabilizar o Governo Federal com vistas às eleições de 2014. Na época havia apenas indícios, mas isso ficou claro agora nas manifestações de 2016, com o financiamento e a assistência da FIESP aos manifestantes da Avenida Paulista. De acordo com essas reflexões eu afirmo que o plano A do golpe era manipular a sociedade através de agitadores profissionais, com apoio das redes sociais, de informações e de espionagem, manipulando as demandas legítimas das camadas médias da sociedade desestabilizar a candidatura do PT e possibilitar a tida como certa vitória ao Aécio Neves. Podemos até dizer que, se aquelas eleições se dessem trinta dias depois o plano A teria sido exitoso. Ainda que malgrado, entretanto, trouxe duas conseqüências: a diminuição da base de sustentação parlamentar do novo governo e uma latente mobilização das massas, às quais o Governo demorou a responder. Criaram-se, conseqüentemente, as condições para o plano B, que objetivava a renúncia da Presidenta Dilma, que significaria a derrota definitiva, não apenas do Partido dos Trabalhadores, mas de toda alternativa da esquerda institucional de chegar ao Planalto. Restava o impeachment, o plano C do golpe.

5.1. A dinâmica do golpe

Consultando um mapa podemos levantar alguns dados importantes: o golpe é articulado, basicamente, a partir de São Paulo e Paraná, tendo ainda como suporte Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estes são os estados onde a candidata do PT perdeu as eleições, obtendo a vitória graças ao bom desempenho em outras regiões. Mas qual o outro olhar que podemos lançar a este quadro? Um olhar sobre os capitais nacionais que aqueles estados sustentam.

⁴ <http://www.martipopular.org/reflexoes%20manifestafinrev2.pdf>

Com efeito, quem foi derrotado naquelas eleições foi o capital agropecuário e o capital industrial, tendo como fiel da balança o estado de Minas Gerais, não por simpatia à Dilma, mas por rejeição ao Aécio. Então, como este documento afirma lá atrás, que o golpe foi articulado de fora para dentro? Eu digo que, já no plano A, estes capitais se aviam aliado ao capital financeiro e esperavam vencer as eleições. Tanto que, nos planos B e C havia o Temer, um dos representantes do capital nacional como salvaguarda.

Desta forma, após uma profunda reflexão - e muitos exercícios mentais - cheguei à seguinte conclusão; as chamadas jornadas de junho de 2013, que não tinham explicitamente um cunho golpista, ofereceram as condições para isso, servindo como base para a associação de capitais nacional e internacional visando à tomada do poder.

Já abordei anteriormente a questão do domínio do petróleo no Oriente Médio por parte dos Estados Unidos, e quero retornar aqui a ela como argumento de sustentação do golpe no Brasil tem ingerência externa. Vamos a ela:

Em janeiro de 2013, quando ainda havia certa estabilidade no Governo Dilma, o preço do petróleo girava em torno de 110 dólares o barril. É sabido também que a descoberta do pré-sal constituiu não apenas uma reserva natural de petróleo, mas um fundo de garantia para os investimentos no País. Outra verdade é que a extração desse mineral em grandes profundidades só economicamente viável quando o preço do Barril passa de 40 dólares. Pois bem, com o controle das fontes produtoras de petróleo os Estados Unidos pôde manipular seu preço no mercado internacional. Assim, o preço do petróleo, que se manteve estável até setembro de 2015, começa então a despencar, chegando atualmente ao patamar dos 30 dólares o barril⁵. Não uma coincidência que esse período coincida com o primeiro ano do segundo governo de Dilma Rousseff?

Alguém poderia alegar que essa teoria da conspiração não é válida porque atinge todo o mundo. Verdade. Mas nem todo o mundo tem como base de sua economia e garantia de investimentos esse produto. É o contrário: para quem não produz isso é muito vantajoso.

A questão do petróleo está ligada diretamente à Petrobrás. E esta não poderia passar livre de ataque, já que se buscava desestabilizar a economia do país. E, pasmem, tudo começou... Nos Estados Unidos (!), com o “escândalo” da compra da refinaria Pasadena, no Texas. Após pagar 360 milhões de dólares por uma parte da refinaria, Nossa Estatal por decisão da justiça norte-americana, teve que ficar com a usina toda, o que acabou nos custando 1,18 bilhão de dólares. Quem se inteirar de toda história verá claramente que nossa Empresa caiu em um golpe. E não foi por casualidade.

Assim, pude elaborar um esquema para o golpe, composto de uma base de sustentação e um tripé.

⁵ <http://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>

Na base estão os capitais associados, cujos interesses não são antagônicos mais complementares. Ao capital norte-americano interessa restabelecer-se no Brasil e na região, ao capital nacional (só no adjetivo), interessa a aumentar seus lucros.

O tripé que se formou, também articulado a essa base, é constituído pelo movimento de massa de falso caráter nazifascista, e pela justiça e o parlamento. Este último, em uma aliança recente, a justiça, com uma formação estruturada, talvez obtida em um intercâmbio com Princeton, Yale, Harvard, Massachusetts ou outra qualquer universidade dos Estados Unidos ou outro país qualquer da Europa.

Assim está constituído um tripé, que, pelo menos teoricamente, tem a legitimidade das massas, a legalidade do parlamento e o amparo da justiça. Mas falta uma coisa mais importante e fluida: a mídia, hoje constituída pela televisão e demais meios de comunicação e pela maior e mais aliciante força desse início de século, as redes sociais. Estas, como meio de comunicação, principalmente, aqueles, como instrumentos ideológicos que martelam uma mentira ou meia verdade, martelam, martelam, até transformá-las em verdade absoluta. Mais importantes: onde estão seus centros de controle e difusão onde?

6. Os desdobramentos: como ficam Dilma, Lula e o PT

No atual estágio do golpe temos dois desdobramentos possíveis: o primeiro, e mais provável, é o impeachment. Neste caso, Dilma será afastada e ficará impedida politicamente por oito anos. Para Lula e o Partido é a melhor das opções (?). Explico:

Sofrendo o impeachment, Dilma é afastada, mas no sentimento de uma boa parcela da população ela foi vítima de um golpe; o “novo” governo terá que lidar com duas frentes: uma no parlamento, onde a oposição tenderá a crescer, e outra nas ruas e no campo, com o regresso do grosso dos militantes que estavam nas esperas de poder às suas bases. Lula tem tempo para reorganizar o partido, costurar novas alianças e, ganhar as eleições de 2018. Então, será necessário não esquecer as lições de 2010 -2016.

O outro desdobramento possível, mas não provável é o Governo conseguir barrar o impeachment na Câmara (uma vez que se chegar ao Senado isso será quase impossível). Nesta hipótese, Dilma e o PT têm uma “vitória de Pirro”, porque a união nacional não acontecerá (os motivos estão amplamente expostos no corpo deste documento); o desgaste do Governo, do partido e, conseqüente, de Lula tornarão as perspectivas eleitorais para 2018 praticamente nulas. O Partido dos trabalhadores sofrerá grandes perdas em suas linhas e poderá se fundir em uma frente para sobreviver.

Por essas razões os partidos de oposição bateram tanto na tecla da renúncia e deixaram o impeachment como a última alternativa.

Por isso Lula manteve o quanto pode certo afastamento do Governo Dilma, Por isso tardou tanto a aceitar o cargo no governo; por isso, mesmo aceitando o convite, reagiu de forma deliberada e expansiva ao telefone, mesmo sabendo do grampo.

Mas a Presidenta Dilma segue tranquila, ciente de seu papel nessa conjuntura.

Quem viver verá.

16 de abril de 2016.